



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**THAÍS DE JESUS VIEIRA**

**ANÁLISE DO IMPACTO DA TAXAÇÃO DOS PERMISSIONÁRIOS  
DO CENTRO COMERCIAL DE CAMAÇARI**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2020**

**THAÍS DE JESUS VIEIRA**

**ANÁLISE DO IMPACTO DA TAXAÇÃO DOS PERMISSIONÁRIOS  
DO CENTRO COMERCIAL DE CAMAÇARI**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, na modalidade à distância, apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. João Coêlho da Silva Neto.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2020**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

V713a

Vieira, Thaís de Jesus.

Análise do impacto da taxação dos permissionários do centro comercial de Camaçari / Thaís de Jesus Vieira. - 2020.

40 f. : il. color.

Monografia (especialização) - Instituto de Ciências da Saúde, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2020.

Orientador: Prof. Dr. João Coêlho da Silva Neto.

1. Feirantes. 2. Imposto sobre vendas e consignações - Camaçari (BA). 3. Taxas municipais. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 336.16098142

**THAÍS DE JESUS VIEIRA**

**ANÁLISE DO IMPACTO DA TAXAÇÃO DOS PERMISSIONÁRIOS  
DO CENTRO COMERCIAL DE CAMAÇARI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para a obtenção do grau de Bacharel em Administração Pública, na modalidade à distância, pela Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

Data: 06/06/2020.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. João Coêlho da Silva Neto (Orientador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Polyana Karina Mendes Ximenes**

Faculdade Christus

**Prof. M.e Afonso Filho Nunes Lopes**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

*Esse trabalho é dedicado as minhas avós  
Matilde e Judite (in memoriam), que  
sempre serão grandes exemplos de  
dignidade e caráter.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por ter me proporcionado chegar até aqui.

Á minha mãe, Tereza de Jesus a minha maior incentivadora, pois sempre manteve a fé e acreditou em mim, me fortalecendo em meus maiores momentos de fraqueza.

Á meu pai, Luís Carlos, por todo carinho e apoio.

Á minha família por toda paciência e dedicação que contribuem sempre diretamente no alcance dos meus objetivos.

Agradeço aos professores e tutores que sempre estiveram dispostos a ajudar, especialmente ao meu orientador Dr. João Coêlho por ter me dado o direcionamento através de uma excelente orientação sempre disposto a ajudar.

Aos meus amigos que sempre estiveram torcendo por mim.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para o encerramento desse ciclo.

## RESUMO

Para o funcionamento das feiras existem regras, geralmente sancionadas por leis municipais, onde também são definidas as taxas a serem pagas mediante o fato gerador. Nesse trabalho objetivou-se analisar os efeitos provenientes da cobrança do TPP (Taxa de Preço Público) aos permissionários no centro comercial de Camaçari. Para o desenvolvimento da pesquisa, optou-se em fazer uma pesquisa de cunho qualitativo, envolvendo um estudo de caso realizado por meio de entrevistas semiestruturadas, com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, levando em consideração a análise de exemplos que estimulem a compreensão do tema. Utilizou-se um questionário como instrumento para a coleta de dados com 30 permissionários, que exercem atividades variadas, tendo por campo de pesquisa o centro comercial de Camaçari. Os resultados apontaram que os permissionários não estão em sua maioria satisfeitos com a cobrança, cabendo a administração modificar esse cenário através da adequação da taxa de forma igualitária e criar o ambiente esperado por todos.

**Palavras-chave:** Feirantes. Imposto sobre vendas e consignações - Camaçari (BA). Taxas municipais.

## ABSTRACT

For the operation of the fairs there are rules, usually sanctioned by municipal laws, which also define the fees to be paid through the taxable event. This work aimed to analyze the effects of charging TPP (Public Price Rate) to permissionaires in the Camaçari shopping center. For the development of the research, we chose to do a qualitative research, involving a case study carried out through semi-structured interviews, with people who had practical experiences with the researched problem, taking into account the analysis of examples that encourage understanding of the topic. A questionnaire was used as an instrument for data collection with 30 permissionaires, who exercise varied activities, with the shopping center of Camaçari as their research field. The results showed that the permissionaires are mostly not satisfied with the collection, and it is up to the administration to modify this scenario by adjusting the rate on an equal basis and creating the environment expected by all.

**Keywords:** City fees. Fairs. Sales tax and consignments - Camaçari (BA).



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Tabela 1</b>	Valores Cobrados por Box no Centro Comercial de Camaçari	21
<b>Tabela 2</b>	Valores Cobrados por Banca no Centro Comercial de Camaçari	22
<b>Gráfico 1</b>	Faixa etária dos permissionários	25
<b>Gráfico 2</b>	Sexo dos permissionários	26
<b>Gráfico 3</b>	Escolaridade dos permissionários	26
<b>Gráfico 4</b>	Composição familiar dos permissionários	27
<b>Gráfico 5</b>	Número de pessoas que trabalham na casa	27
<b>Gráfico 6</b>	Número de permissionários satisfeitos com a taxaço	30
<b>Gráfico 7</b>	Índice de Cobrança	30
<b>Gráfico 8</b>	Índices de mudanças de Infraestrutura	31

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>GESTÃO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS CENTROS COMERCIAIS</b>	<b>13</b>
2.1	SERVIÇO PÚBLICO	14
2.2	A NOVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	15
2.3	A REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS	17
2.4	AS FEIRAS	18
2.5	O CENTRO COMERCIAL DE CAMAÇARI	19
2.6	O PREÇO PÚBLICO	20
2.6.1	Taxa de Preço Público (TPP)	20
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>23</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>	<b>25</b>
4.1	PERFIL SOCIOECONÔMICO	25
4.2	SATISFAÇÃO DOS TRABALHADORES	28
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>33</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>36</b>
	<b>APÊNDICE</b>	<b>38</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Administração Pública é a responsável por prestar atendimento e serviços de qualidade à população, visando sempre o atendimento das necessidades dos cidadãos de forma que estes fiquem satisfeitos com os serviços prestados, gerando valor percebido à gestão que, por sua vez, deve atuar com responsabilidade fiscal e articulação de políticas inclusivas.

O Centro Comercial de Camaçari, popularmente chamado de “A Feira”, com mais de sessenta anos de existência, desde então participa efetivamente no crescimento da cidade de Camaçari, no Estado da Bahia. Inicialmente, nos meados da década de 50, a feira era realizada aos domingos pela manhã em local próximo à estação ferroviária, paralela à linha do trem, exatamente ao lado do atual Mercado Municipal, onde agricultores vindos do interior do município e comerciantes de outras cidades, chegavam da zona rural, trazendo em lombo de burros seus produtos para vender e realizar trocas. No entanto, a Prefeitura de Camaçari cobrava impostos pelo uso do solo.

Os feirantes se organizavam com tabuleiros montados em cima de caixas e caixotes de madeira ou no chão, forrados com esteiras e vendiam seus produtos. Naquela época não existiam barracas, toldos, lonas ou qualquer tipo de proteção, alguns feirantes usavam coberturas de palha para se protegerem.

A feira livre assumiu papel importante, persistindo inclusive como fator sócio cultural, identificada por seus protagonistas, feirantes e fregueses, visto que é considerado um dos maiores centros comerciais do Estado da Bahia. Atualmente, a feira continua como propulsora do abastecimento da população de Camaçari, a qual desfruta de produtos alimentícios e artigos variados.

Mediante a este relato, gerou-se a inquietação norteadora para a pesquisa: Qual a retribuição da taxa paga pelos permissionários do Centro Comercial de Camaçari?

Após diversas intervenções por parte do Ministério Público do Estado da Bahia – MPE, inclusive ordenando a interdição do espaço, o município foi obrigado a instituir a cobrança de uma taxa intitulada TPP (Taxa de Preço Público), a partir do Decreto de nº. 6.666, de 13 de fevereiro de 2017. Salientando que essa cobrança por um determinado período, deixou ser feita, pois, o então prefeito da época, com a justificativa de que outras isenções foram concedidas para a implantação de grandes

empresas no município e como o centro comercial participa diretamente na economia da cidade, assim como as empresas, necessitava também de ser isentos dessa taxa.

Dessa forma, como objetivo geral definiu-se: Analisar os efeitos provenientes da cobrança do TPP (Taxa de Preço Público) aos permissionários no centro comercial de Camaçari. Já os objetivos específicos consistem em: Traçar o perfil socioeconômico dos permissionários; demonstrar os dados obtidos na entrevista por meio de gráficos; investigar a satisfação dos permissionários com relação ao pagamento das taxas; analisar a estrutura de mercado vigente.

A metodologia usada para responder à pergunta foi à pesquisa exploratória, com delineamento para análise e coleta de dados em paralelo ao estudo de caso, pesquisa documental, entrevista semiestruturada e análise da estrutura administrativa.

## **2 GESTÃO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS CENTROS COMERCIAIS**

O presente capítulo tem por meta discorrer sobre a Administração Pública, sua estrutura organizacional e as mudanças sofridas por esta a pós a reforma, além de um breve histórico sobre o que são e a importância das feiras livres no município em estudo, regulamentada, atualmente pela Lei nº1523 de 28 de Dezembro 2017, que dispõe sobre a estrutura do Poder Executivo Municipal de Camaçari

Dessa maneira, a Secretaria de Serviços Público do Município de Camaçari, possui autonomia para assumir o controle organizacional do Centro Comercial de Camaçari, de acordo com a Lei Orgânica nº1523 de 28 de Dezembro 2017 em seu Art 39º A Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESP cuja finalidade é: formular, implementar, coordenar, executar e fiscalizar políticas públicas destinadas a prestação de serviços urbanos, senso assim, cabe a mesma ainda, a manutenção do ordenamento público, além da execução da gestão de ações de Defesa Civil em se tratando da minimização de riscos, controle de emergências, e calamidade pública em geral.

Com a implantação da Gestão por Competências na esfera pública, diversas são as mudanças que podem ser observadas no serviço público federal (administração indireta), o que desperta para a flexibilidade, agilidade, segurança e eficiência esperadas na administração pública. No entanto, embora as experiências em sua maioria sejam de sucesso, não se sabe ao certo se estas experiências contribuem para o desenvolvimento de competências necessárias à formação de negociadores.

A Administração Pública é o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado que tem por meta satisfazer as necessidades da sociedade, tais como educação, cultura, segurança, saúde, dentre outras áreas, ratificada nas palavras de Bresser Pereira (2001, p.10) que trata que o “O Estado é, assim, um sistema de poder organizado que se relaciona dialeticamente com outro sistema de poder — a sociedade civil — cujo poder é difuso mas efetivo”. Logo, a Administração Pública torna-se essencial, por tratar da gestão dos chamados interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos. Tendo como objetivo a maximização do potencial dos serviços ofertados, salientando que a governabilidade traz as

condições necessárias ao exercício do poder, pois esta ainda que de forma subliminar, expressa a possibilidade de realização de políticas públicas (BRESSER, 2001)

É possível conceituar o serviço público como toda atividade prestada pelo Estado ou por seus delegados, basicamente sob regime de direito público, com vistas à satisfação de necessidades essenciais e secundárias da coletividade. Haja vista que o bom andamento da organização é fruto de uma interação.

O Planejamento Estratégico é descrito como o elemento essencial para que uma empresa mantenha o foco nos seus objetivos, salientando que após a definição da missão, da visão, dos valores que servem de fundamentos para a definição de como a empresa vai dirigir suas atividades no mercado, ou seja, quais são as suas estratégias de mercado. Logo, estas servirão de base para a formulação da sua estrutura.

Sá (2004) enfatiza que não basta apenas a identificação da preponderância dos contextos sociais sobre os comportamentos e processos individuais, e sim, é necessário se analisar a participação destes sobre a construção da própria realidade social.

É na rotina diária que se é construído o corpo do conhecimento em relação a realidade a ser compartilhada no ambiente de trabalho, além de permitir o entendimento de como agir perante determinadas situações adversas, visando sempre o cumprimento das atribuições que pertencem a cada trabalhador.

## 2.1 SERVIÇO PÚBLICO

O Serviço público constitui a própria essência do estado. A expressão serviço público admite dois sentidos fundamentais, um subjetivo e outro objetivo. No primeiro, levam-se em conta os órgãos do Estado, responsáveis pela execução das atividades voltadas à coletividade. Nesse sentido, são servidores públicos, por exemplo, um órgão de fiscalização tributária e uma autarquia previdenciária. No sentido objetivo, porém serviço público é a atividade em si, prestada pelo Estado e seus agentes. Aqui nos abstraímos da noção de quem executa a atividade para nos prendermos à ideia da própria atividade (MORAES, 2014).

O serviço público pode ser definido como praticas exercidas pela Administração Pública ou por seus delegatários, com base em regras, em normas de direito público para atender necessidades essenciais e secundárias da coletividade. No serviço público sempre existirá a participação do Estado, mesmo que de forma indireta.

É possível conceituar o serviço público como toda atividade prestada pelo Estado ou por seus delegados, basicamente sob regime de direito público, com vistas à satisfação de necessidades essenciais e secundarias da coletividade. Haja vista que o bom andamento da organização é fruto de uma interação, conforme afirma Chiavenato (2007, p. 4):

O sucesso de uma organização não é fruto exclusivo da sorte, mas de uma série infundável e articulada de decisões, aglutinação de recursos, competências, estratégias e uma busca permanente de objetivos para alcançar resultados cada vez melhores.

É preciso salientar que o servidor público é um intermediário entre o público e o Estado, que este atua na execução de uma função que pode ser descrita como essencial para o cidadão de modo geral.

## 2.2 A NOVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A partir da crise do estado, surgiu a necessidade de uma reforma, onde Bresser (1995) diz que foi em baseada em quatro eixos a delimitação do tamanho do Estado, a redefinição do papel regulador do Estado, a recuperação da governança e o aumento da governabilidade.

A reforma administrativa se efetivou como tema central no Brasil somente a partir de em 1995, posteriormente a eleição e a posse de Fernando Henrique Cardoso. No mesmo ano em que se evidenciou para a sociedade brasileira que essa reforma não era eficaz devido à divergência existente entre o ajuste fiscal do Estado brasileiro e o serviço público moderno, profissional e eficiente, voltado para o atendimento das necessidades dos cidadãos. (BONEZI e PEDRAÇA, 2008).

Cabe ressaltar que antecedente a reforma de 1995, houve outra tentativa frustrada por volta dos anos 60, mas precisamente no ano de 1967, através do

Decreto-Lei 200, de 1967, sob o comando de Amaral Peixoto e a inspiração de Hélio Beltrão, que iria ser o pioneiro das novas ideias no Brasil.

A reforma tinha como meta a extinção da administração burocrática, tornando-a gerencial, conforme Bresser:

A opção pela construção deste modelo tem como principal vantagem permitir a identificação de estratégias específicas para cada segmento de atuação do Estado, evitando a alternativa simplista de proposição de soluções genéricas a problemas que são peculiares dependendo do setor. Entretanto, tem a desvantagem da imperfeição intrínseca dos modelos, que sempre (BRESSER, 1995, p. 40).

Ou seja, a reforma do Estado, estava diretamente relacionada, com a privatização de empresas estatais, o que gerou muitas críticas, isso porque, o Ministro Bresser mediante conclusão de que a administração pública mundial passava por grandes mudanças, e que o Brasil também tinha a necessidade de mudança e deveria seguir o modelo pautado em resultados, muito usada em empresas privadas.

A democratização do Estado, a descentralização e a profissionalização da burocracia são conjuntos de mudanças que devem ser destacados. Embora tenham trago ganhos a administração pública, o sentido de cada uma delas não se consolidou por inteiro devido a uma série de problemas.

Aos poucos a população entendeu que a Constituição de 88 não tinha resolvido nem metade dos problemas. Com a era Collor disseminou-se uma serie de desconfiança por toda a máquina federal. E foi nesse momento que se estabeleceu um regime jurídico único demasiadamente corporativista.

Relata-se que a principal contribuição da reforma administrativa baseia-se na governança, e esta é compreendida como o aumento da capacidade de governo, mediante adoção dos princípios da administração gerencial, conforme descrito:

Orientação da ação do Estado para o cidadão-usuário de seus serviços; ênfase no controle de resultados através dos contratos de gestão; fortalecimento e autonomia da burocracia no core das atividades típicas de Estado, em seu papel político e técnico de participar, junto com os políticos e a sociedade, da formulação e gestão de políticas públicas; separação entre as secretarias formuladoras de políticas e as unidades executoras dessas políticas, e contratualização da relação entre elas, baseada no desempenho de resultados; adoção cumulativa de três formas de controle sobre as unidades executoras de políticas públicas: controle social direto (através da transparência das informações, e da participação em conselhos); controle hierárquico gerencial sobre resultados (através do



contrato de gestão); controle pela competição administrada, via formação de quase-mercados (BRESSER PEREIRA, 1995, p. 42).

A governança pública é considerada como o novo modelo que foi originada, após o reconhecimento da insatisfação a respeito da modernização que até os dias atuais ainda é praticada.

### 2.3 A REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS

Quando se pensa em remuneração dos serviços públicos concedidos, compreende-se como uma questão muito controversa, não somente no que tange o Direito Administrativo, como também no que diz respeito ao Direito Tributário, devido existência dos conflitos doutrinários que envolve a polêmica sobre a distinção entre taxa e tarifa. Uma vez que, a Constituição, em seu art. 145, inc. II, determina que serão instituídas taxas “em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição”.

Sendo assim, torna-se inquestionável a cobrança de taxa como forma de remuneração, dada a previsão constitucional do art. 145, inc. II. Porém o 175, também da Constituição, ao fazer menção que os serviços públicos serão prestados diretamente ou através de concessão ou permissão, dispõe no parágrafo único, inc. III, que lei disporá sobre política tarifária. Ou seja, a especificidade e a divisibilidade também podem ensejar a cobrança de tarifa em um serviço com tais qualidades. (ATALIBA, 2002).

A Administração Pública possui, entre suas particularidades, a titularidade do serviço e da prestação do serviço, que pode, em casos admitidos em lei transferir a titularidade do serviço e da prestação a uma pessoa jurídica que não integre a sua estrutura, a chamada descentralização por serviço funcional ou técnico, ou seja, outorga, como exemplo as autarquias como a Previdência Social (MELO, 2014).

Dentre variadas formas de prestação de serviços públicos, destacam-se as concessões e permissões. A Permissão de Serviços Públicos trata-se da delegação a título precário de serviços públicos, através de contrato de adesão, à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade de desempenho da atividade, por sua conta e risco.

Quando se fala em remuneração, cabe ressaltar que no serviço público, o valor dependerá da forma como foi prestado o serviço, se por concessão e permissão, a remuneração ocorrerá mediante exploração do serviço, ou seja, serão cobradas tarifas diretamente dos usuários. Salientando que, a política tarifária, prevista nos artigos 9º a 13º, da Lei nº 8.987/95, não impede que sejam previstas outras fontes de recursos para compor a remuneração (MELO, 2014).

## 2.4 AS FEIRAS

Os historiadores afirmam que as feiras existem desde o ano 500 a.C. com civilizações antigas como a fenícia, grega, romana e a árabe, mas foi na idade média entre os séculos XI e XIV que elas ficaram mais conhecidas, quando as pessoas se reuniam geralmente em praças para troca de seus produtos, nessas feiras medievais era possível encontrar tudo que se necessitava na época

O tempo passou e elas continuaram enraizadas, no Brasil foram introduzidas pelos portugueses ainda durante a colonização, mas do que comércio são locais de muita troca e integração, nela nos deparamos com os mais diversos movimentos, cheiros, cores e sons, sendo assim palco de uma grande manifestação cultural.

Anteriormente tratava-se apenas de pontos de troca, contudo foi aumentando o número de pessoas no processo, daí o poder público auxiliou em forma de syndicar. Com isso as feiras estão sujeitas a regulamentações específicas dentre elas a cobranças de tributos, pois trata-se de uma atividade em que há atos de comércio desenvolvida em um local permanente ou temporário, sobretudo mercantil com a venda de produtos e prestação de serviços, desta forma há incidência tributária

É possível afirmar que os principais impactos da reforma administrativa são basicamente financeiros negativos, especialmente sobre as classes que eram relativamente privilegiadas com o estado antes da reforma, assim como nas classes que não eram beneficiários do estado como ele era antes da reforma, que passaram a contribuir de maneira mais significativa e não contavam com este ônus.

Os pequenos e os grandes empresários acreditavam que com a reforma poderiam melhorar a situação financeira de suas organizações, o que não aconteceu devido a reforma fiscal, que acarretou uma gama de novos impostos.

## 2.5 O CENTRO COMERCIAL DE CAMAÇARI

O Centro Comercial de Camaçari fica localizado na Rua Centro Comercial, possui uma estrutura de 35 mil metros quadrados, 860 boxes e 1.140 bancas, totalizando dois mil permissionários, que comercializam os mais variados produtos, dando a possibilidade de ser definido como um tipo de mercado. Segundo Mankiw (2001, p.66) “Um mercado é um grupo de compradores e vendedores de um dado bem ou serviço”.

A secretária de Serviços Públicos de Camaçari, é o órgão responsável pela administração do Centro Comercial do município, é possível encontrar na feira de Camaçari, uma variedade de produtos, a exemplo de roupas, frutas, castanha, camarão, tapioca, remédios caseiros, azeite, pimenta, entre outros, além da praça de alimentação, uma vez que, estima-se que cerca de 10 mil consumidores circulam pelo local diariamente.

Existem as formas de mercados, que a economia descreve através dos seus componentes, definindo a capacidade e a possibilidade de se operar tais em concorrência ou não. Após estudarmos cada uma das estruturas de mercado dentro do sistema da microeconomia, pudemos constatar que o centro comercial de Camaçari é regido pelo mercado competitivo. Um mercado competitivo é um mercado em que há muitos compradores e muitos vendedores, de modo que cada um deles exerce um impacto negligenciável sobre os preços de mercado. (MANKIWI, 2001).

A concorrência também é um fator que deve ser analisado. Segundo Vasconcellos e Garcia, p. 74, 2004 “A concorrência pura ou perfeita é um tipo de mercado em que há um grande número de empresas, de tal sorte que uma empresa, isoladamente, por se insignificante, não afeta os níveis de oferta do mercado e, conseqüentemente o preço do equilíbrio”. Partindo das citações dos autores mencionados acima, tornou-se possível classificar o centro como um mercado de concorrência perfeita, visto que, possui muitos ramos de atividades,

porém existem várias empresas que comercializam o mesmo produto ou produtos classificados como substituto, o que facilita a manter o preço do equilíbrio, que é justamente mantido quando a quantidade procurada é precisamente igual à quantidade oferecida. Segundo Hal Varian (2003, p.88) “Bem substituto é o nome dado na economia a um bem que possa ser consumido em substituição a outro. Por exemplo, margarina e manteiga, em geral, são consideradas bens substitutos, uma vez que exercem basicamente a mesma função”.

## 2.6 O PREÇO PÚBLICO

Quando o serviço é prestado mediante concessão ou permissão (indiretamente pelo Poder Público), este é remunerado via preço público, sendo pago pelo usuário diretamente à concessionária em razão da prestação efetiva do serviço. De acordo com, Eduardo Marcial Ferreira Jardim:

Preço público é prestação exigida pelo Estado ou por quem lhe fizer as vezes, em regime de direito privado. Distingue-se nitidamente do tributo em uma série de aspectos, sobretudo pelo regime contratual que lhe é imanente, em contraposição ao regime jurídico de direito público, circundado de prerrogativas de autoridade, típico do tributo, notadamente em virtude da compulsoriedade deste gravame, nos termos, é bem de ver, explicitados no art. 3º do CTN. (JARDIM, 2000, pág. 160)

Ou seja, o preço público não é nenhuma espécie de tributo, não é receita tributária, pois sua exigência não é compulsória e nem tem por base o poder fiscal do Estado.

Para a instituição de preço público, o regime é contratual e não há compulsoriedade no seu pagamento, ou seja, não se paga pela mera disponibilidade do serviço. Há, também, relativa flexibilidade na fixação dos preços públicos ou das tarifas, que não se sujeitam às regras tributárias e, sim, aos regramentos do direito privado e público, tais como a lei de concessões e permissões de serviço público.

### 2.6.1 Taxa de Preço Público (TPP)

Visando a necessidade de regulamentação do comércio informal realizado no Centro Comercial de Camaçari, além de regularização e requalificação do espaço e

das atividades desenvolvidas no equipamento público citado, a Taxa de Preço Público (TPP) foi criada pela Prefeitura por meio do decreto de decreto de nº. 6.666, de 13 de fevereiro de 2017. O atual decreto nº. 7.682, de 30 de agosto de 2017, revoga as disposições que lhe forem contrárias, inclusive os preços públicos fixados para o Centro Comercial de Camaçari na tabela instituída pelo art.18, do Decreto 6.666, de 13 de fevereiro de 2017, que atende uma determinação do Ministério Público Estadual (MPE) e da Justiça já que os comerciantes vinham usando, havia anos, um espaço público gerenciado pelo Município sem o pagamento de taxa para cobrir as despesas de água, luz e manutenção. Diante dessa distorção, desde 2015, o MPE e a Justiça cobravam a regularização da situação do Centro Comercial sem que a gestão anterior da prefeitura tivesse tomado qualquer providência para resolver o problema. O Centro Comercial não é privado, pertence ao Município e por essa razão, os comerciantes estão obrigados a pagar a taxa por se tratar de uma concessão pública.

**Tabela 1** - Valores Cobrados por Boxes no Centro Comercial de Camaçari

<b>Categoria Econômica 01</b>	<b>Até 9,9m<sup>2</sup></b>	<b>Entre 10m<sup>2</sup> e 15m<sup>2</sup></b>	<b>Maior que 15</b>
Cereais			
Lan house			
Produtos naturais			
Artigos religiosos			
Utensílios domésticos			
Bijuterias			
Paneleiros			
Hortifrútiis	R\$60,00	R\$90,00	R\$120,00
Agricultura Familiar			
Outras Atividades de Comércio e Serviço			
<b>Categoria Econômica 02</b>	<b>Até 9,9m<sup>2</sup></b>	<b>Entre 10m<sup>2</sup> e 15m<sup>2</sup></b>	<b>Maior que 15 m<sup>2</sup></b>
Bares			
Restaurantes			
Lanchonete			
Salão			
Barbearia	R\$80,00	R\$110,00	R\$140,00
Confecções			
Calçados			
Outras Atividades de Comércio e Serviço			
<b>Categoria Econômica 03</b>	<b>Até 9,9m<sup>2</sup></b>	<b>Entre 10m<sup>2</sup> e 15m<sup>2</sup></b>	<b>Maior que 15 m<sup>2</sup></b>
Açougues			
Peixarias			
Abatedouros	R\$100,00	R\$130,00	R\$160,00
Outras Atividades de Comércio e Serviço			

Fonte: Próprio autor (2020).

**Tabela 2** - Valores Cobrados por Banca no Centro Comercial de Camaçari

<b>Banca</b>	
Até 1m <sup>2</sup>	20
Entre 1m <sup>2</sup> e 5m <sup>2</sup>	30
Maior que 5m <sup>2</sup>	50

Para o custeio das despesas decorrentes dos serviços e produtos ofertados aos permissionários, será cobrado preço público, em valor mensal. O Centro Comercial de Camaçari é constituído por bancas e boxes, para determinar os valores, os boxes foram separados por segmentos e por metro quadrado de área utilizada, conforme a tabela 1 e tabela 2.

### 3 METODOLOGIA

Conforme Lakatos e Marconi (2001, p.43), a pesquisa pode ser descrita como sendo um procedimento formal que faz uso do método de pensamento reflexivo, exigindo assim um tratamento científico que é construído ao longo do caminho percorrido na ânsia de se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

Pode também ser definida como o processo lógico e sistemático de avanço do recurso científico. Sendo que o objetivo é encontrar respostas para impasses por meio de estratégias científicas, conforme Gil (2010, p. 26).

Sendo assim, a pesquisa vem como forma de trazer as devidas respostas de acordo com um problema identificado iniciando-se a partir de um questionamento, produzindo o conhecimento científico.

Silva e Menezes (2005) classificam a pesquisa segundo sua natureza (básica e aplicada), sua abordagem (qualitativa), seus objetivos (exploratória, descritiva e explicativa) e seus procedimentos técnicos. O presente trabalho baseia-se na abordagem do problema com pesquisa qualitativa.

Para a elaboração da monografia, no que tange aos procedimentos técnicos foram adotadas as pesquisas bibliográficas e estudo de caso. A primeira está fundamentada nos conhecimentos extraídos em livros, artigos, teses e outros, com o objetivo de respaldar a pesquisa, já o estudo de caso se deu através da aplicação de questionários/entrevistas, já no que diz respeito à abordagem a metodologia usada é a qualitativa.

Quanto aos objetivos o mesmo apresenta características tanto exploratórias bem como descritivas, tendo como um dos objetivos propostos, a verificação se na prática a utilização das metodologias aplicadas poderão trazer benefícios para os permissionários do Centro Comercial de Camaçari-Ba e para os usuários.

Para ajudar na identificação do problema e desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se a metodologia de análise e solução de problemas, conhecida como MASP.

O MASP é um método composto de passos pré-definidos para identificar o problema, buscar as características que prejudicam a solução, testar as hipóteses

para encontrar qual é a causa fundamental, bloquear através de um plano de ação efetivo, verificar efetivamente o bloqueio das causas fundamentais, padronizar a operação e concluir o trabalho do MASP, assim conseguindo o melhor resultado através da qualidade, produtos, processos ou serviços buscando sempre a Melhoria Contínua (CAMPOS, 2004).

O MASP não trabalha de forma isolada, por isso foi usado em paralelo a esta, o ciclo de PDCA que tem por significado Plan (planejar), Do (executar), Check (verificar), Action (atuar).

Foi realizada entrevista semiestruturada, esta que é uma das modalidades mais utilizadas para a realização de uma pesquisa ação, levando sempre em consideração em sua elaboração os seguintes pré-requisitos: busca de dados no ambiente onde o fenômeno ocorre; o que o pesquisador define como instrumento principal para a realização da pesquisa. Minayo (1996) diz que a entrevista semiestruturada, é o fenômeno que permite a maior aproximação aos fatos ocorridos na realidade em comparação a teoria existente sobre o assunto analisado, a partir da combinação entre ambos.

A coleta de dados foi executada com 30 permissionários, que exercem atividades variadas, tendo por campo de pesquisa o centro comercial de Camaçari. A pesquisa foi realizada no dia 25 de novembro de 2019, por trata-se de um local extenso, identifiquei a necessidade de entrevistar de uma a dois permissionários de diferentes critérios, sendo eles por tipo de produto vendido ou serviço oferecido e quantidade de boxes que esse permissionário possuía, assim conseguindo ter uma dimensão do todo.

As pessoas se mostrarão bem receptivas ao tratarem do assunto, assim como o acharão de extrema importância para o contexto atual em que estão inseridos e vivenciando.

Quanto às fontes pesquisadas para a obtenção de dados: a Prefeitura de Camaçari e a administração do centro comercial.



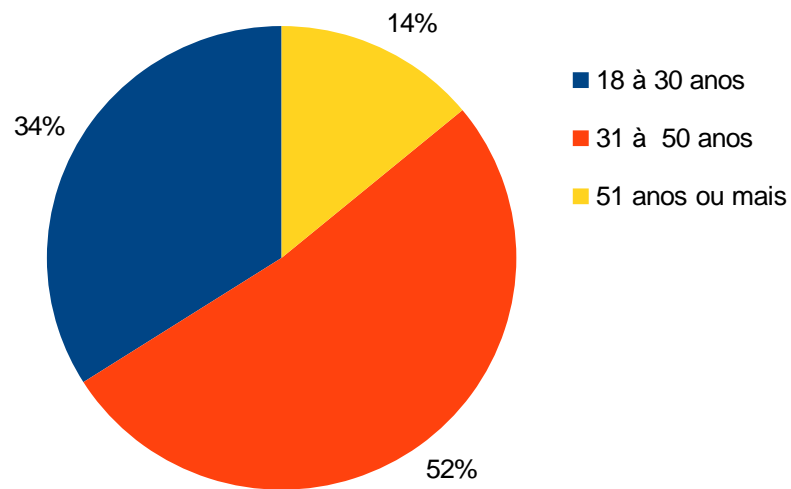
## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO

Sem dúvidas existem diferenças notórias entre os indivíduos quanto ao lugar que eles ocupam na sociedade. Nessa perspectiva, pesquisas na área social buscam caracterizar o indivíduo numa espécie de ranking social através do seu perfil socioeconômico, incorporando dados sobre educação, ocupação e poder financeiro da pessoa ou família. A análise de fenômenos financeiros pode ser tratada a partir do nível socioeconômico. No entanto, “não há um consenso na literatura sobre sua conceituação, bem como sobre como medi-lo nas pesquisas empíricas” (ALVES; SOARES, 2009).

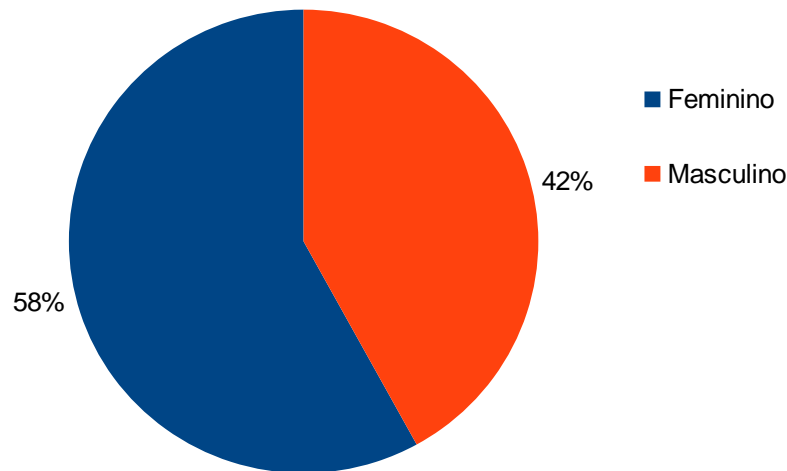
De acordo com os dados levantados foi constatado que 52% dos permissionários tem idade entre 31 a 50 anos de idade, 34% com idade inferior a 31 anos e, 14% com idade entre 51 anos ou mais.

**Gráfico 1** - Faixa etária dos permissionários

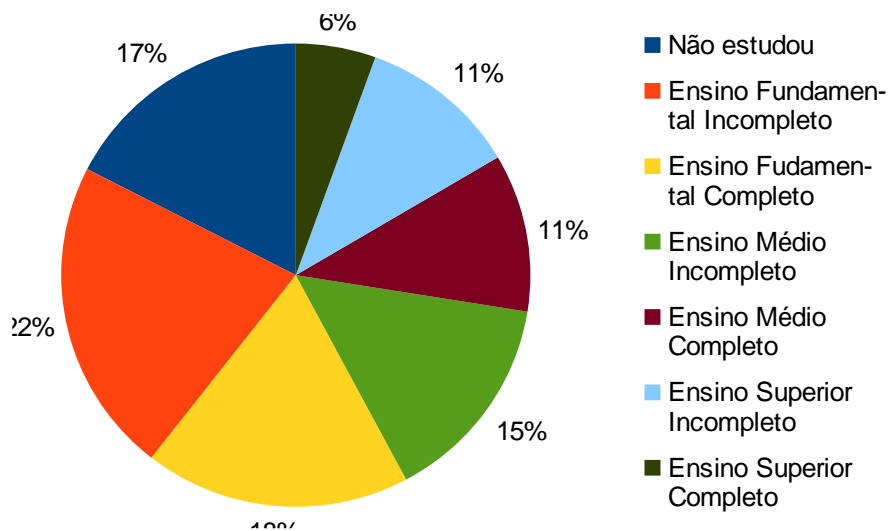


A maioria dos permissionários são mais velhos e esses mais novos normalmente assumiram os boxes devido ao envelhecimento e impossibilidade de trabalho dos primeiros donos, seus familiares.

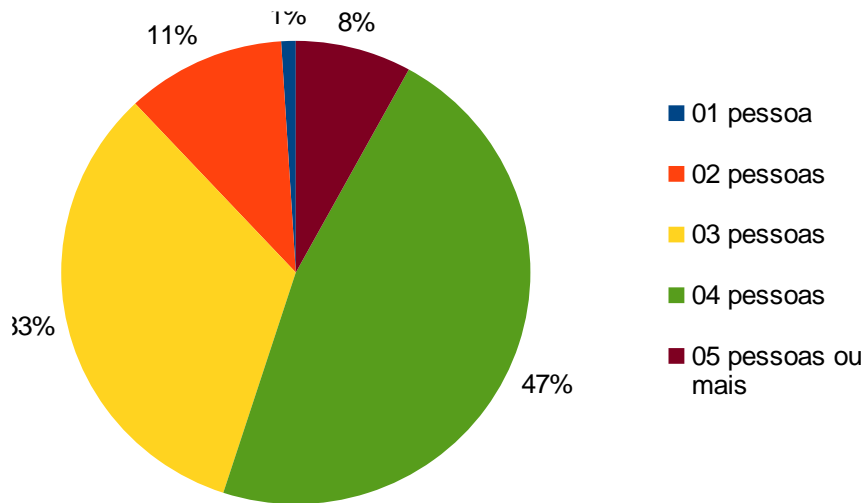
Em relação ao gênero foi verificado que 58% dos entrevistados são do gênero feminino enquanto que 42% do gênero masculino.

**Gráfico 2 - Sexo dos permissionários**

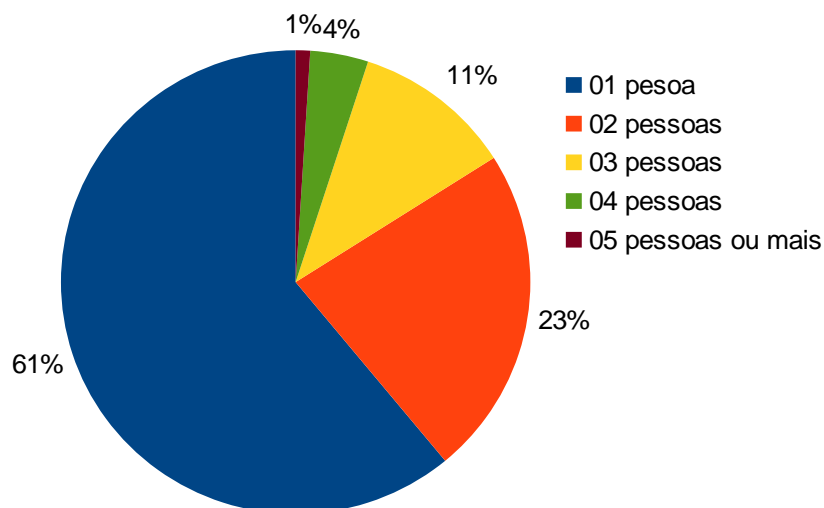
Por outro lado avaliamos o nível de escolaridade. Destes, 24% possui o ensino fundamental incompleto, 20% ensino fundamental completo, 19% não estudou, 16% possui o ensino médio incompleto comparado a 12% completo, já em relação ao nível superior apenas 6% tem o nível superior incompleto e 3% completo.

**Gráfico 3 - Escolaridade dos permissionários**

A composição familiar é outro dado muito relevante para esse estudo, através desses dados identificamos que o grupo familiar em sua maioria é composto por: 47% composta por 04 pessoas, em 33% formado por três membros, 11% por 2 membros, 8% 05 ou mais pessoas e 1 apenas 1% com um único membro.

**Gráfico 4 - Composição familiar dos permissionários**

Já o número de pessoas que trabalham na casa e agregam com a renda é representada através dos seguintes números: 61% onde apenas uma pessoa auferir na renda familiar, 23% se referem a 02 pessoas, 11% relativo a 03 pessoas, 4% totalizando 04 pessoas e 1% 05 pessoas ou mais trabalhando dentro de uma casa.

**Gráfico 5 - Número de pessoas que trabalham na casa**

É possível observar que na maioria das famílias a única renda é advinda desse comércio, sendo a atividade principal do sustento familiar e geralmente essa profissão passando de geração em geração, isso acaba explicando também o médio nível de escolaridade.

Como argumentado por Alves e Soares (2009), o fato de não haver uma regra entre autores para a definição do nível socioeconômico de uma pessoa, família ou grupo, conduz os estudiosos para diversas linhas de conceituação. Goldthorpe e Wridht (1985), por exemplo, definiam o nível socioeconômico a partir dos postos ocupacionais que estruturam o sistema produtivo e o mercado de trabalho. “Wright (1985) divide o sistema ocupacional em doze categorias que tipificam as classes sociais. Ele toma como ponto de partida a divisão clássica marxista do modo de produção capitalista entre a classe da burguesia e a do proletariado, mas incorpora as posições intermediárias, de acordo com as credenciais e a posição dos trabalhadores na organização das sociedades atuais. A tipologia de classe definida por Goldthorpe (1987) contém elementos muito semelhantes aos de Wright. Porém, ele incorpora a dimensão do mercado para definir as barreiras entre as classes, o que o aproxima da perspectiva weberiana para a definição de classe econômica” (ALVES; SOARES, 2009).

Partindo de suas pesquisas, Alves e Soares (2009) constataram que, apesar dos procedimentos metodológicos entre os pesquisadores variarem bastante, no fim, estes acabam tendo resultados parecidos, revelando que o nível de educação tem peso um pouco maior do que a renda na definição do NSE (Nível Socioeconômico). Sendo assim, é possível observar que qualquer seja a metodologia usada para definir o caráter socioeconômico de um indivíduo ou grupo, estes estarão centrados, na maioria das vezes, na mesma base informacional.

## 4.2 SATISFAÇÃO DOS TRABALHADORES

A satisfação é de uma forma ampla a atitude geral de uma pessoa em relação ao trabalho que realiza. O trabalho de um indivíduo vai além de fazer atividades óbvias, é um conjunto de fatores que abrange, por exemplo, a convivência com colegas, a obediências a regras e a políticas organizacionais, ou seja, a satisfação ou insatisfação de um funcionário é resultado de uma somatória de diferentes elementos que abrangem o tema (ROBBINS, 2005-2006).

No Brasil, pesquisas em estratificação social e mobilidade têm estimulado a produção de esquemas de classificação socioeconômica adaptados à realidade do país. Os estudos nacionais mais influentes utilizam os dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no

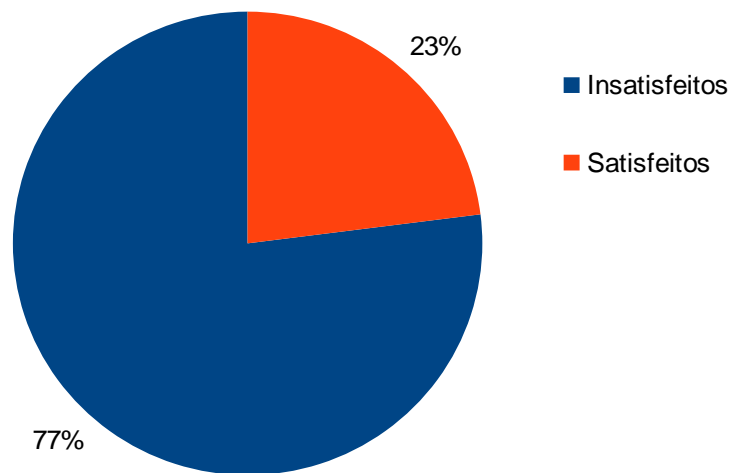
âmbito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e do Censo Demográfico. O esquema de classificação socioeconômica elaborado por Pastore (1979) com base nos dados da PNAD 1973, atualizado por Pastore e Valle Silva (2001) com os dados da PNAD 1996, pode ser descrito como um esquema hierárquico de classificação socioeconômica. Esses estudos, que tiveram como objetivo a análise da mobilidade social no Brasil em duas décadas distintas, derivaram uma escala de status socioeconômico combinando o nível educacional e o nível de rendimentos dos indivíduos dentro de cada título ocupacional registrados na PNAD. A escala obtida foi então dividida em seis estratos hierarquizados: (1) baixo-inferior; (2) baixo-superior; (3) médio-inferior; (4) médio-médio; (5) médio-superior e (6) alto. (ALVES; SOARES, 2009).

A pesquisa de campo realizada no Centro Comercial de Camaçari buscou analisar os efeitos provenientes da cobrança da taxa de funcionamento efetuado pela Prefeitura Municipal de Camaçari, e a satisfação dos comerciários com a taxação.

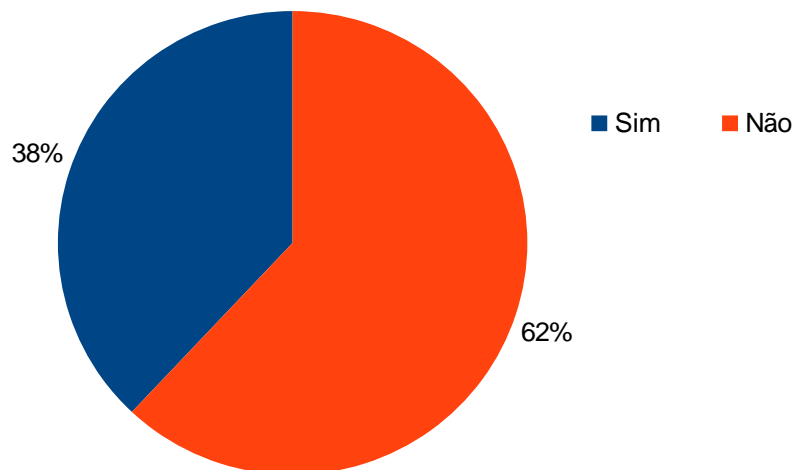
A finalidade da cobrança da taxa é para custear as despesas com água, energia, condomínio, limpeza e vigilância, sem onerar os cofres públicos, através da determinação do Ministério Público Estadual (MPE) e da Justiça.

A feira possui aproximadamente 1.600 permissionários exercendo distintas atividades comerciais como: restaurantes, lojas de roupas, supermercados, entre outros segmentos. Foram entrevistados 30 permissionários onde 77% mostram-se insatisfeitos com a cobrança, julgando-a injusta e desproporcional em comparação aos respectivos espaços.

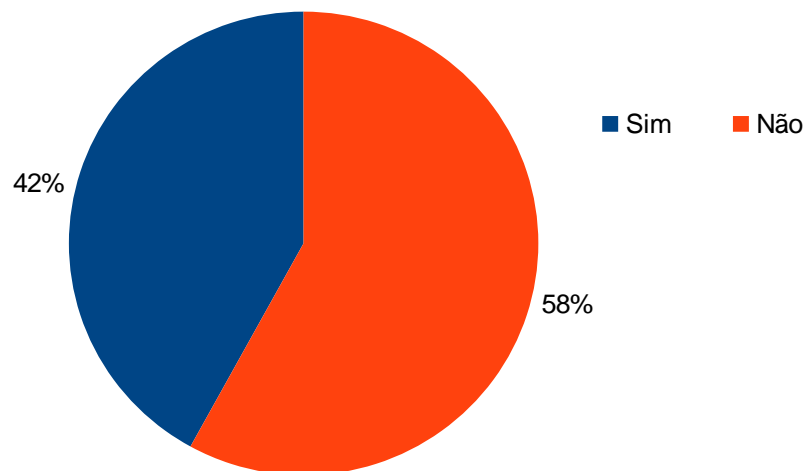
Segundo a pesquisa, trabalhadores que não utilizam de energia elétrica e/ou água pagam o mesmo valor de quem utiliza e questionam também o espaço utilizado, onde quem tem somente um box para realização do seu trabalho paga o mesmo valor ou até mais caro de quem tem dois boxes, ou mais. Já os 23% dos trabalhadores satisfeitos são a favor da taxação desde que esta traga retorno para feira, ou seja, melhorias na estrutura, limpeza e organização do lugar, como mostrado no gráfico abaixo:

**Gráfico 6** - Número de permissionários satisfeitos com a taxa

Ainda de acordo com os permissionários a cobrança não está seguindo o critério previamente estabelecido em relação aos valores cobrados. Onde 62% afirmam que a cobrança não segue o acordado e 38% informam que está correspondente.

**Gráfico 7** - Índice de Cobrança

Quando questionados em relação a mudanças ocorridas após o início do pagamento da taxa, 58% optaram por não e 42% informaram que já houve pequenas alterações na infraestrutura.

**Gráfico 8 - Índices de mudanças de Infraestrutura**

O Sindicato dos Feirantes, Vendedores, Autônomos, Ambulantes e Barraqueiros do Município de Camaçari, por motivo de insatisfação relacionada a cobrança da taxa condominial, entraram com uma ação civil com pedido de declaração judicial de nulidade de decreto do município de Camaçari, nº 0501822-10.2015.8.08.0039, contra a Prefeitura Municipal, alegando ser desproporcional a cobrança em relação aos espaços utilizados pelos diferentes permissionários. O sindicato alega falta de critério na definição da cobrança, argumentando ilegalidade do decreto editado pelo Gestor Público Municipal, tendo em vista que não há fixação em lei específica.

Os elementos do ambiente geral afetam todas as organizações por fatores que podem ser classificados, por exemplo, em tecnológicos, econômicos, políticos, demográficos, sociais, culturais, legais e ecológicos. O ambiente específico ou operacional, por sua vez, varia dependendo das atividades da organização, tais como os produtos e os serviços oferecidos e os mercados atendidos. Alguns autores se referem ao ambiente específico ou direto como aquele que contém os públicos relevantes externos, como, por exemplo, fornecedores, consumidores, distribuidores, governo, sindicatos, associações de classe, concorrentes e comunidade. (GODARTH, 2005, pág.48)

É fundamental compreender que os indivíduos precisam se identificar com a organização em que trabalham. Na perspectiva da estrutura macro-organizacional, percebe-se que o ambiente se tornou turbulento devido à complexidade que envolve a cobrança da taxa de funcionamento já que a mesma afeta não só os comerciantes,

mas pode afetar também os consumidores, se for considerar o possível repasse no valor final das mercadorias.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muitos anos foi possível presenciar o cenário caótico da Feira de Camaçari, passando por constantes mudanças onde haviam problemas de espaço físico, falta de abastecimento de água, armazenamento e exposição inadequada das mercadorias. Atualmente a administração esteve com a preocupação voltada para as interdições que ordenavam o fechamento da feira e como solução foi implantada a taxa em uma tentativa de organizar o espaço e promover o desenvolvimento social e econômico, assim como atender os anseios dos feirantes.

Nessa perspectiva, o exposto trabalho foi concentrado para o alcance da seguinte resposta: “Qual a retribuição da taxa paga pelos permissionários de Centro Comercial de Camaçari?” tendo em vista descobrir o retorno deste pagamento e pretensões relacionadas a taxa imposta.

O objetivo geral teve a proposta de analisar os efeitos provenientes da cobrança do TPP aos permissionários. De forma a atingir tal objetivo geral definir quatro objetivos específicos: Traçar o perfil socioeconômico dos permissionários, demonstrar os dados obtidos na entrevista por meio de gráficos, investigar a satisfação dos permissionários com relação ao pagamento das taxas e analisar a estrutura de mercado vigente.

Pode-se considerar que os objetivos elencados foram atingidos. A partir das pesquisas realizadas, concluiu-se que a cobrança do TPP gera insatisfação por parte dos permissionários do Centro Comercial de Camaçari, onde 77% encontram-se insatisfeitos e apenas 23% está satisfeito. Isso ocorre, pois os mesmos consideram a arrecadação injusta devido aos critérios não serem igualitários ou proporcionais para definir o valor cobrado.

Foi observado que se faz necessária a cobrança da tarifa, pois, esta arrecadação tem propósitos bem definidos. O valor acumulado é utilizado para pagamento das despesas mensais do prédio, logo foi realizada toda a instalação do sistema de combate a incêndio, com a consequente expedição de alvará pelo Corpo de Bombeiros, futuramente, será aplicada em propostas que visam melhorias no ambiente, na segurança e na infraestrutura. A administração também busca parceiras público privadas para fornecer capacitação profissional aos permissionários e fornecimento de internet banda larga para o público. Segundo o

governo do município, a iniciativa vai ajudar a deixar a feira mais organizada e “pronta para receber as pessoas que frequentam o lugar todos os dias, oferecendo mais conforto e facilidade de locomoção”.

Por tratar-se de um local onde fica nítido o vínculo familiar que os permissionários têm uns com os outros, pois boa parte do dia deles se concentra nesse ambiente, daí vemos a importância de melhorias e a representação desse espaço para cada um deles. Se fazem necessárias ações sociais como ministrar cursos que desenvolvam as habilidades dos permissionários de acordo com seu respectivo estabelecimento, como manipulação de alimentos, gestão de negócios, higiene, noções de economia dentre tantos outros.

É notório a necessidade de um espaço recreativo para as crianças que muitas vezes ao saírem das escolas vão de encontro a seus pais, participando dessa jornada diária. Existem também os problemas estruturais que necessitam de uma intervenção como as limitações dos boxes ou bancadas que fazem com que os permissionários procurem meios não convencionais para exporem ou armazenem suas mercadorias deixando assim a passagem dos clientes comprometida e um ambiente desarranjado.

A padronização seria ideal com boxes devidamente reestruturados de acordo com o serviço ou produto oferecido. A participação direta dos permissionários na gestão da feira é algo extremamente necessário além da estruturação dos setores pois beneficiaria todos os envolvidos, inclusive os consumidores.

Esse estudo se mostrou de extrema relevância, pois as variadas mudanças no Centro Comercial afetam o cotidiano de todos os moradores do Município que já a consideram como patrimônio da cidade. Em meio ao pânico de sua interdição se fez necessário entender tanto a taxa imposta, os prejuízos acarretados pelo não pagamento, quanto as cobiças e necessidades dos permissionários diante desse novo processo. Assim como foi definido o papel do município, que diante o exposto deve agir de acordo aos princípios constitucionais que norteiam a gestão pública.

Considerando o objetivo geral e a questão norteadora ambos foram devidamente compreendidos diante as suas limitações, pois durante a pesquisa de campo a taxa havia sido recentemente empregada conforme o novo acordo. Visto

isto, é necessário aprofundamento nos estudos após um certo período de adaptação da taxa e confirmar se as transformações ocorridas de fato trouxeram as melhorias previamente estabelecidas, assim como as interferências no cotidiano desses permissionários advindas desse processo. A partir desse estudo é possível imaginar uma série de ideias relacionadas ao tema, um ambiente amplo que engloba desde o quadro social ao econômico e faz parte de pouca discussão diante de sua pluralidade.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. **Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas.** RAP. Revista Brasileira de Administração Pública, v. 1, p.77-87, 2007.

ALVES, Maria Tereza Gonzaga; SOARES, José Francisco. **Medidas de nível socioeconômico em pesquisas sociais: uma aplicação aos dados de uma pesquisa educacional.** Campinas, v.15, n.1, Junho, 2009.

ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de Incidência Tributária.** 6ª ed, 3ª tir. São Paulo: Malheiros, 2002.

AZEVEDO, Ana Julia Diniz; MEDEIROS, Maria da Penha Machado. **SATISFAÇÃO NO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO NA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE.** Rio Grande do Norte.

BRESSER. Pereira, Luiz Carlos. **Estado, aparelho do Estado e sociedade civil.** Brasília: ENAP, 2001. 28 f. (Texto para discussão, 4).

BRESSER. Pereira, Luiz Carlos. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Câmara da Reforma do Estado. Brasília, 1995.

CAMPOS, Vicente Falconi. **TQC controle da qualidade total: no estilo japonês.**8.ed.Nova Lima: Indg. 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: Teoria, Processo e Prática.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública: provas e concursos.** 4. ed. Barueri, SP: Malone, 2016.

GORDARTH, Kellerman Augusto; CALDAS, Sérgio Henrique. **Análise macro-organizacional utilizando a teoria dos stakeholders: o caso de uma faculdade particular do interior do Paraná.**

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia científica.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução a Economia: princípios de micro e macroeconomia.** 2º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo.** 31 ed.São Paulo: Malheiros,2014.

MORAES. R. Q. **A evolução histórica do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito e sua relação com o constitucionalismo dirigente.** 2014. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509938/001032358.pdf?sequence=1>. Acesso em: 31 de mar, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1996

SÁ, C. P. de. **Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria**. In: SPINK, M. J. O conhecimento no cotidiano São Paulo: Brasiliense, 2004.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis, 2005.

VARIAN, Hal R.; tradução [da 6ª edição original] de Maria José Cyhlar Monteiro; **Microeconomia**; Elsevier; Rio de Janeiro, 2003.

Vasconcellos, Marco Antônio S; Garcia, Manuel E. **Fundamentos de Economia**. 5º ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

**APÊNDICE**

## Questionário utilizado na coleta de dados

1- Qual o seu nome?

---

2- Idade?

---

3- Sexo?( ) M ( ) F

4- Naturalidade?

---

5- Qual sua escolaridade?

( ) Não estudou ( ) Ens. Fund. Incompleto ( ) Ens. Fund. Completo ( ) Ens. Médio Incompleto ( ) Ens. Médio Completo ( ) Ens. Superior Incompleto ( ) Ens. Superior Completo.

6- Quantas pessoas convivem na sua casa?

( ) 01. ( ) 02. ( ) 03. ( ) 04 ( ) 05 ou mais.

7- Quantas delas trabalham?

( ) 01. ( ) 02. ( ) 03. ( ) 04 ( ) 05 ou mais.

8- Qual a área de atuação no Centro?

---

9- Quanto tempo atua no Centro Comercial?

( ) Menos de 05 anos. ( ) Acima de 10 anos

10- Possui quantos box's?

( ) 01. ( ) 02. ( ) 03. ( ) 04 ou mais.

11- Acha justa a cobrança do TPP?

( ) SIM. ( ) NÃO.

12- Os valores estão sendo cobrados de acordo com a tabela estabelecida ?

( ) SIM. ( ) NÃO.

13- Já foi constatada alguma melhoria, após o pagamento da taxa? Em caso positivo quais foram?

( ) SIM. ( ) NÃO.

---

14- Qual impacto da taxa na renda familiar?

---

15- Considera-se satisfeito ou insatisfeito com a cobrança?

( ) SATISFEITO ( ) INSATISFEITO.